

## O CAPITALISMO GLOBAL E A PANDEMIA

*GLOBAL CAPITALISM AND THE PANDEMIC*

Francisco Luiz Corsi<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir da discussão da dinâmica da acumulação de capital na economia mundial o presente artigo tem por objetivo discutir a crise econômica desencadeada pelo coronavírus (COVID-19) e seus desdobramentos. Entendemos que a compreensão da dimensão da referida crise só é possível se a situarmos no contexto de instabilidade e de crises recorrentes do capitalismo global.

**Palavras-Chave:** Capitalismo global. Instabilidade. Pandemia.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

**Abstract:** Based on the discussion of the dynamics of accumulation in the world economy, this article aims to discuss the economic crisis triggered by the coronavirus (COVID-19) and its consequences. We understand that understanding the dimension of the referred crisis is only possible if we situate it in the context of instability and recurring crises of global capitalism.

**Keywords:** Global Capitalism. Crisis. Pandemic. Instability.

## 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é tecer algumas reflexões sobre a situação da economia global no período que antecedeu a pandemia, quando já era possível observar nítidos sinais de desaceleração, particularmente em 2019. A partir dessa discussão abordaremos a crise econômica desencadeada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), que afeta todas as regiões do mundo. Sem dúvida que discutir um processo socioeconômico ainda em curso, envolto em grande incerteza, consiste em uma tarefa bastante arriscada, ainda mais que as previsões econômicas, de modo geral, apresentam elevadas margens de erro.

A compreensão da abrangência e profundidade da referida crise só é possível se for levada em consideração a tendência de instabilidade crônica, marcada por crises recorrentes e largos períodos de baixo crescimento, que caracterizam o capitalismo global. Consideramos que as condições para uma crise de grande amplitude estavam colocadas, à medida que o capitalismo ainda não tinha superado as contradições que engendraram a crise de 2008.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução. No primeiro item, discutiremos os marcos estruturais e históricos que dotam o capitalismo global de tendências à instabilidade, à crises em espaços de tempo relativamente curtos e ao baixo crescimento, embora muito desigual. Depois, abordamos os impactos econômicos da pandemia e seus desdobramentos. Por último, tecemos algumas considerações finais.

## 2. A instabilidade do capitalismo global: a situação da economia mundial antes da pandemia

A crise aberta em 2008, mas latente desde o ano anterior, interrompeu um longo período de continuo crescimento da economia mundial<sup>2</sup>. Depois de uma recessão de 12 meses, que ficou conhecida como A Grande Recessão, foi retomada a tendência de baixo crescimento<sup>3</sup> que persistiu

---

<sup>2</sup> A economia mundial, que cresceu moderadamente desde os anos de 1970, sofreu forte aceleração no período 2001-2008, que foi cortada pela crise de 2008, quando o PIB mundial apresentou uma queda de cerca de 2% em 2009, sendo que o declínio nos países desenvolvidos foi da ordem de 3% (CHESNAIS, 2020).

<sup>3</sup> No período 1951-1980, o PIB mundial cresceu em média por ano 4,54%, sendo que os países desenvolvidos cresceram 4,30% e os em desenvolvimento 4,97% (Ásia, 5,08%; África, 4,33% e América Latina, 5,31%). No período 1981-2000, verificou-se uma tendência de baixo crescimento, embora bastante desigual. Neste período, ocorreu uma nítida queda no ritmo de crescimento, com exceção da Ásia, que cresceu 5,77%a.a., enquanto a África, 2,44%a.a. e a América Latina 2,25%a.a.. A Europa Oriental e os países que emergiram da dissolução da URSS também seguiram

até o advento da pandemia do covid-19, que levará, tudo indica, a uma queda profunda da atividade econômica. As consequências da Grande Recessão não foram mais abrangentes, em grande medida, devido à ampla ação estatal na economia e à manutenção do acelerado crescimento asiático, sobretudo da China.

A crise de 2008 foi desencadeada pelo estouro da bolha especulativa com títulos imobiliários centrada no mercado norte-americano, mas suas causas mais profundas encontravam-se na queda da rentabilidade do capital, nos elevados índices de endividamento, no acirramento da concorrência intercapitalista, na elevada concentração da renda e na existência de uma enorme soma de capital fictício, que apresentava crescentes dificuldades de valorização. Esses problemas, intimamente articulados, não foram resolvidos e continuam sendo fontes de instabilidade.

As bolhas especulativas têm, em boa medida, como uma de suas causas principais o excesso de capital que não consegue valorizar-se a taxas consideradas adequadas na produção. Em consequência deste fato, o capital busca valorizar-se por meio da especulação com ações, títulos de dívidas, *commodities* e moedas. Os capitais valorizados dessa maneira são reaplicados na especulação, realimentando a valorização fictícia. Os altos retornos obtidos na esfera financeira estimulam novos capitais, formados na produção, a dirigirem-se para os mercados financeiros. Estes processos contribuem para a formação de bolhas especulativas, que se tornaram fundamentais para a valorização do capital fictício e para estimular a economia. Este processo se intensificou a partir dos anos de 1980<sup>4</sup>. Não obstante os graves problemas de valorização manifestados a partir de 2008, a proeminência do capital financeiro e do neoliberalismo não foram abaladas, apesar da profundidade da crise.

A questão que se coloca é entender as razões da formação dessas sucessivas bolhas. O problema não reside apenas na insuficiente regulação dos fluxos financeiros, como defendem inúmeros economistas, sobretudo os keynesianos, que creditam à falta de regulação adequada dos mercados financeiros globais a causa principal da crise. Neste caso, a sua superação seria possível

---

essa tendência. A região apresentou uma taxa anual média negativa de crescimento de 3,2% na década de 1990, enquanto que entre 1958 e 1973 cresceu 4,5% em média por ano. A economia mundial cresceu ao ano em média 3,38%. A performance dos países em desenvolvimento, nesta fase, foi de 4,31% e a dos países desenvolvidos 2,75%. O crescimento mundial não foi mais baixo graças a crescente expansão asiática. A partir de 2001 observa-se uma retomada de níveis mais elevados de crescimento. Entre este ano e 2008, o PIB mundial cresceu em média ao ano 4,20%. Este desempenho deveu-se, boa medida, ao crescimento da Ásia, que foi de 7,26%, ao mesmo tempo em que a África e a América Latina cresciam respectivamente 5,01% e 3,52%. Os países desenvolvidos cresceram 1,90%. A partir de 2008 o PIB mundial voltou a apresentar um relativamente baixo crescimento, como veremos. (CORSI, 2006; NAYYAR, 2014; IPEA, 2020; FMI, 2020).

<sup>4</sup> A crise do México, em 1995, a crise asiática de 1997, as crises da Rússia, do Brasil e da Argentina, entre 1998 e 2000, e sobretudo a crise da chamada nova economia nos EUA, em 2001, com o estouro da bolha especulativa com ações na NASDAQ, indicam a instabilidade crônica e as bases frágeis da acumulação.

a partir de rigoroso controle dos fluxos nacionais e internacionais de capital pelos Estados. Nesta interpretação, a questão residiria nas políticas neoliberais, hegemônicas desde a década de 1980, que precisariam ser abandonadas, pois não teriam condições de regular de maneira eficiente a economia<sup>5</sup>. Entretanto, não menospresando a importância dessa visão, parece que determinantes mais profundos, subjacentes ao inchaço da esfera financeira e à tendência de baixo crescimento na fase de mundialização do capital, são fundamentais para a compreensão da dinâmica da acumulação.

No contexto da crise da década de 1970, o capital diante da queda da taxa de lucro, da crise do sistema monetário internacional, do esgotamento da organização fordista da produção, da crise energética, da ascensão dos movimentos sociais e da crise de hegemonia dos EUA reagiu à situação reestruturando o sistema capitalista, objetivando sobretudo recuperar a rentabilidade do capital e disciplinar a classe trabalhadora. De forma bastante simplificada, a reestruturação do padrão de acumulação a partir da década de 1980 baseou-se no desmonte do Estado de Bem-Estar Social, na abertura das economias nacionais, na desregulamentação dos mercados financeiros, na reestruturação produtiva ao introduzir a chamada acumulação flexível, na nova onda de inovações tecnológicas e na reconfiguração espacial da acumulação de capital, que abriu novos espaços de acumulação e colocou a disposição do capital enormes contingentes de trabalhadores remunerados com salários reduzidos. A transferência de inúmeros setores industriais do centro do sistema para a periferia, em particular para o Leste asiático, além de reconfigurar espacialmente a acumulação a partir de crescente internacionalização da produção por meio da formação de cadeias globais de valor, acarretou um salto na taxa de exploração (HARVEY, 1996; BRENNER, 2003; CORSI, 2006; MEDEIROS, 2008; ROBERTS, 2016; SMITH, 2016; VAROUFAKIS, 2016).

Neste processo de reestruturação do capitalismo, verificou-se, o enfraquecimento do movimento operário e a fragmentação da classe trabalhadora. Isto contribuiu para debilitar, os sindicatos, os partidos e os movimentos de esquerda, que também sofreram um severo golpe com o desmoronamento da URSS. A derrota dos trabalhadores foi o fator principal que possibilitou a tendência à concentração da renda, que perdura até os dias de hoje. Paralelamente, as economias nacionais sofreram um relativo enfraquecimento, pelo menos aquelas de menor grau de desenvolvimento (HARVEY, 1996; BRENNER, 2003; CORSI, 2006; MEDEIROS, 2008; ROBERTS, 2016; SMITH, 2016; VAROUFAKIS, 2016).

---

<sup>5</sup> Ver entre muitos outros Mazzucchieli (2017).

Esse conjunto de processos intimamente articulados moldou o capitalismo global. Não obstante essas abrangentes transformações, a taxa de lucro não retomou seu patamar anterior, mesmo tendo aumentado, com oscilações, de maneira moderada desde meados da década de 1980 até a crise de 2008. A insuficiente recuperação da taxa de lucro no centro do sistema, estimulou, de um lado, o inchaço da esfera financeira, que vinha se expandido desde os anos de 1960, e, de outro, a abertura de novos espaços de acumulação na Ásia, em especial na China, caracterizados por taxas de lucro mais elevadas, mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada, infraestrutura em expansão, incentivos fiscais e creditícios e frouxa legislação ambiental<sup>6</sup>.

Dessa forma, a partir dos anos de 1980 a valorização do capital passou a depender de maneira crescente de sucessivas bolhas especulativas, de suma importância para assegurar a valorização de um volume crescente de capital fictício, o que contribuiu para o aprofundamento da instabilidade do capitalismo global. Também passou a depender da acelerada ampliação das novas fronteiras de acumulação, abertas no Leste asiático. Foi o elevado desempenho econômico dessa região que impediu que a economia mundial mergulhasse em uma larga fase de estagnação. Paralelamente, o centro do sistema e muitas regiões periféricas, como a América Latina, tenderam a apresentar baixo crescimento até 2003. As consequências desses processos para a periferia foram bastante dispares. Enquanto um número reduzido de países do Leste asiático passou por acelerado processo de industrialização e se inseriu de forma dinâmica na economia mundial, o grosso da periferia apresentou reduzido crescimento e continuou a inserir-se na economia global sobretudo como exportador de commodities. Ademais, alguns países, que tinham avançado na industrialização, passaram por um processo de desindustrialização, como o Brasil<sup>7</sup>.

As grandes corporações, por meio de empresas organizadas em rede, organizaram cadeias globais de produção e distribuição dispersas geograficamente. Neste processo de internacionalização da produção, a região do Leste asiático concentrou grande parte das cadeias

---

<sup>6</sup> Sobre o comportamento da taxa de lucro ver Maito (2013, p. 156-157). Segundo esse autor, a taxa de lucro nos países centrais declinou de uma média de 22,0%, entre 1955-1959, para uma média de 11,5% no período 1980-1984, subindo muito moderadamente até 1998, caindo em seguida e voltando a subir entre 2005 e 2009, atingindo a média de 13,4%. Para estes mesmos intervalos de tempo a taxa de lucro nos países periféricos teve respectivamente o seguinte comportamento: 42,3%, 26,5% e 24,8%. Esta evolução explica, em parte, a tendência de reconfiguração espacial da acumulação em direção à periferia, sobretudo em direção à Ásia. A taxa de lucro da China, por exemplo, foi superior às das demais regiões periféricas e centrais, alcançando, no quinquênio 1980-1984, a cifra de 30,3%, subindo para 33,1% no quinquênio seguinte, para cair a partir desse momento, atingindo a taxa de 26,2% no período 2005-2009. Este comportamento é importante para explicar o dinamismo da acumulação de capital na economia chinesa. Em relação à Coreia do Sul, depois de apresentar elevadas taxas de lucro entre as décadas de 1950 e 1970, verifica-se uma tendência de queda até os dias de hoje. Porém, entre 1980 e 1994, este país apresentou uma taxa de lucro média de cerca de 30%, quando a taxa despencou, consistindo em uma das causas da crise de 1997. Entre 2005 e 2009, a referida taxa média foi de 6,8%. Ver também Kliman (2013) e Roberts (2016).

<sup>7</sup> Ver a respeito Filgueiras (2012).

globais de valor, o que contribuiu para um rápido crescimento dessas economias a partir do avanço da industrialização. A contrapartida foi a desindustrialização dos países desenvolvidos, embora esse processo também tenha sido determinado por outras variáveis. No entanto, os países imperialistas, sobretudo os EUA, e as grandes corporações continuaram controlando o sistema e absorvendo parte do excedente produzido na periferia a partir do controle do comércio, das finanças, da produção de tecnologia de ponta, dos elos de maior valor agregado das cadeias globais de valor, dos oligopólios globais, das instituições multilaterais, da moeda de curso internacional e da indústria cultural.

A maioria da periferia, além de apresentar, entre 1980 e 2003, um baixo crescimento e instabilidade, tendeu a aprofundar sua inserção como exportadora de commodities na economia mundial, assim como foi capturada pelos circuitos de especulação financeira a partir da crise das dívidas externas e da adoção das diretrizes do chamado Consenso de Washington. Mas paradoxalmente a produção industrial deslocou-se para esta região, concentrando-se, no entanto, em um pequeno grupo de países<sup>8</sup>. Este resultado deveu-se a inúmeras determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas, que não seria possível aqui detalhar. Neste processo, a China, em poucas décadas, firmou-se gradativamente a partir de um projeto nacional de desenvolvimento como potência e não pode ser mais caracterizada simplesmente como um país em desenvolvimento ou de renda média.

A ascensão chinesa foi um dos fatores que desencadeou a fase expansiva 2003-2008. Esta fase, embora tenha abrangido o conjunto da economia mundial, foi relativamente curta e sustentou-se também na política econômica expansiva, baseada no incremento do crédito e do gasto público e na redução da taxa de juros, adotada pelos norte-americanos para superar a crise de 2001, com

---

<sup>8</sup> Segundo Corsi, Santos e Camargo (2018, p. 281), “A reconfiguração espacial da acumulação teve profundos desdobramentos na periferia. Em 1990, a participação das economias em desenvolvimento no valor adicionado da indústria de transformação mundial era de 17,49%, passou para 21,83%, em 2000; para 32,58%, em 2010, e para 35,49%, em 2013. A maior parte dessa participação relativa dos países em desenvolvimento concentra-se em cinco países (China, Índia, Brasil, México e Turquia). Em 2013, a participação desses países foi de 24,8% do total mundial. Cabe destaque para China. Em 1990, sua participação correspondia a 2,75% do valor adicionado da indústria de transformação mundial. Em 2013, esse número atingiu a cifra de 17,62%. Também se observa um incremento da participação dos países em desenvolvimento nas exportações de produtos manufaturados. Estes países, em 1960, exportavam o correspondente a 6,4% do total das exportações mundiais de manufaturados. Dez anos depois, 7,2%, atingindo 12%, em 1980. Em 2000, passaram a exportar o equivalente a 29,3% das manufaturas e, em 2010, 40,1%. Este desempenho reflete alterações estruturais na composição da produção dos países em desenvolvimento. Nestes países, em 1970, a composição do PIB era a seguinte: agricultura, 25%; indústria, 32,7% e serviços 42,3%. Em 2010, a composição setorial foi a seguinte: agricultura, 9,6%; indústria, 39% e serviços, 51,4%. Trajetória inversa da dos países desenvolvidos. Em 2010, 79% dos trabalhadores da indústria de todo o mundo encontravam-se nas regiões menos desenvolvidas. Os dados indicam um processo de deslocamento da produção manufatureira para a periferia”. Segundo o FMI (2020), em 2019, o PIB dos países desenvolvidos representa 40,3% do PIB mundial e a participação desses países nas exportações de bens e serviços corresponde a 63% do total mundial. Esses números expressam claramente a reconfiguração espacial da acumulação de capital.

ações de empresas de alta tecnologia. Esta política estava intimamente vinculada à formação da bolha especulativa com imóveis centrada nos EUA, mas que envolveu as principais economias mundiais. A expansão da economia desse país acarretou crescentes déficits externos, que estimularam a economia mundial, assim como a política monetária frouxa e as baixas taxas de juros incentivaram a especulação tanto no centro quanto na periferia, que absorveu volumoso fluxo de capital fictício. Por sua vez, a forte expansão da economia chinesa, que ao absorve enormes quantidades de produtos primários, estimulou não só os países exportadores de matérias-primas, mas também a especulação com commodities. O aumento da liquidez em escala mundial e a elevação dos preços das commodities estimularam o conjunto da periferia.

O estouro bolha imobiliária em 2008 implodiu a fase expansiva e o capitalismo global mergulhou na crise.<sup>9</sup> O padrão de acumulação acima descrito foi abalado, mas não desarticulado. Seja como for, os seus limites ficaram evidentes. A sua não superação levou a economia a retomar a tendência de baixo crescimento, que se prolongou até a crise atual. Na fase mais difícil da crise (2009-2011) o crescimento médio do PIB global foi de 2,8% e na fase 2012-2019 foi de 3,3%, sendo que neste último ano cresceu 2,9%, indicando uma desaceleração da atividade econômica. O ritmo de crescimento global não voltou ao patamar da fase expansiva (2003-2008), sendo semelhante ao do longo período iniciado com a crise estrutural dos anos de 1970. Mesmo esse desempenho mais modesto continuou a depender do crescimento dos países em desenvolvimento que cresceram em média entre 2012-2019, 4,5 %, depois de terem crescido 5,5% entre 2009 e 2011. Mais uma vez cabe destacar o crescimento asiático, em particular o da China, apesar da desaceleração de sua economia a partir de 2012. Outros países apresentaram um baixo crescimento, como os da América Latina e os desenvolvidos. A performances destes últimos nos dois períodos foram respectivamente as seguintes: 0,4% e 1,8% (FMI, 2020; IPEA, 2017 e 2020)

Contudo, a debacle do capitalismo global foi evitada naquele momento devido às ações dos Estados, que garantiram os depósitos bancários e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvando grandes empresas e bancos da bancarrota, além da implementação de planos de investimentos. Essas ações contrastaram com o modesto socorro aos

---

<sup>9</sup> O auge da expansão foi 2006. Mas o auge desse processo marca a sua inflexão, que teve início com elevação dos juros e a queda da taxa de lucro nos EUA, o que levou ao esmorecimento da acumulação antes do estouro da bolha especulativa. A elevação dos juros pelo Federal Reserva com o objetivo de deter as pressões inflacionárias e desinflar a bolha especulativa precipitou a crise. A inadimplência atingiu milhões de famílias nos EUA, o que fez explodir a bolha. Em 2007, o sistema financeiro norte-americano estava fragilizado pela explosão da inadimplência, que colocou em xeque toda a rede de especulação articulada à bolha imobiliária em escala mundial. Com a falência do Lehman Brothers a liquidez do sistema desapareceu, paralisando a economia mundial (HARVEY, 2011; ROBERTS, 2016).

mutuários endividados e aos trabalhadores desempregados. A chamada Grande Recessão que se seguiu durou cerca de um ano, mas a economia mundial não se recuperou plenamente, à medida que não conseguiu alcançar os patamares de crescimento anteriores à crise. Em decorrência da política monetária frouxa, denominada de *quantitative easing*, os juros caíram praticamente a zero. Porém, as economias não voltaram a crescer de forma acelerada e persiste uma tendência de baixo crescimento acompanhada de reduzida inflação no centro do sistema, em particular na zona do euro. A abundância de liquidez provavelmente impediu que as economias dos países centrais mergulhassem em profunda depressão, sustentando-se mais uma vez em uma bolha de crédito.

De modo geral, passado o primeiro momento no qual políticas expansivas foram adotadas por um grande número de governos, a política econômica voltou a pautar-se pela ortodoxia, baseada na austeridade fiscal, no arrocho dos salários, nos cortes dos gastos sociais e na reforma dos sistemas previdenciários. Em um contexto de elevada dívida pública, decorrente, em parte, do próprio socorro dos Estados ao capital financeiro, a política de austeridade aprofundou a crise em muitos países, o caso da Grécia foi emblemático. A política de austeridade jogou grande parte do ônus da crise nas costas dos trabalhadores, reafirmando a tendência de concentração da renda no capitalismo global<sup>10</sup>.

A crise originada do centro no sistema se espalhou por toda economia mundial, embora em um primeiro momento a periferia tenha sofrido relativamente pouco. No entanto, a queda da atividade em diversos países periféricos aprofundou-se com o esmorecimento do crescimento da economia chinesa, pois o seu desempenho é fator importante no mercado mundial de *commodities*. A forma como a China reagiu à crise, por meio de abrangente política de investimento, de ampliação do crédito e de medidas para aprofundar o redirecionamento de sua economia para o mercado interno, como forma de compensar o fraco resultado das exportações, até então central para o seu desempenho econômico, levou, em um segundo momento, apesar de imediato ter contribuído para amenizar o declínio da economia mundial, à formação de excesso de capacidade ociosa em inúmeros setores produtivos, superprodução no setor imobiliário e elevado endividamento de instituições financeiras e empresas<sup>11</sup>. Estes problemas, somados a um menor

---

<sup>10</sup> Ver a respeito, entre outros, Chesnais (2016).

<sup>11</sup> A taxa de investimento da China subiu de 37%, em 1997, para 48%, em 2012, e para cerca de 50% do PIB, em 2014. Mesmo assim, a economia desacelerou. Depois de ter crescido ao redor de 10% ao ano por mais de uma década, a economia chinesa passou a crescer cerca de 7,0% ao ano entre 2012 e 2019. As razões da desaceleração chinesa são diversas. Segundo Aglieta (2015), no final de 2015, a utilização da capacidade produtiva foi de 71% no setor siderúrgico, 70% nos setores de alumínio e cimento, 72% no setor de vidro e 76% no automobilístico. Para essas indústrias obterem a taxa de lucro considerada normal a utilização deveria situar-se entre 78 e 80%. Essas empresas também enfrentam queda de preços, o que deteriora ainda mais a rentabilidade das mesmas, afetando negativamente os bancos que as financiaram. O nível de endividamento do setor não financeiro alcançou 220% do PIB. Em 2016, a ociosidade da

dinamismo das exportações, resultaram na desaceleração da economia chinesa a partir de 2012, o que abriu nova fase na crise mundial, afetando negativamente tanto os países centrais quanto os países exportadores de *commodities*<sup>12</sup>.

A política de austeridade ao reduzir a demanda agregada, a elevada concentração da renda, a existência de ampla capacidade ociosa em escala mundial, a existência de enorme volume de capital fictício e a não recuperação das taxas de lucro, apesar das diferenças regionais, impediram uma forte retomada da atividade econômica após 2009. Concomitantemente, a política monetária expansiva sustentou a expansão da valorização fictícia do capital e estimulou o endividamento das famílias, que já era elevado, como também das empresas, que tomavam novos empréstimos para enfrentar as dificuldades e recomprar suas próprias ações, mantendo-as artificialmente valorizadas. Esta política também estimulou os especuladores, que tomavam recursos emprestados para especular com ações, títulos e moedas, aproveitando sobretudo os diferenciais de juros e arbitragem de câmbio entre diferentes mercados. Verificou-se caudaloso fluxo de capitais em direção às regiões periféricas, que apresentavam taxas mais elevadas de juros.

A Grande Recessão não criou as condições para uma vigorosa retomada da economia mundial ao não desvalorizar o suficientemente o capital constante e o capital fictício em excesso. Ou seja, a dinâmica da acumulação continuou a sustentar-se, em grande medida, na formação de bolhas especulativas e na expansão dos novos espaços de acumulação da Ásia, embora estes tenham perdido fôlego. Não por acaso a economia mundial apresentava nítida tendência de baixo crescimento e de desaceleração.

---

indústria automobilística foi de 35% e da indústria do aço 30%. Também persistiam elevadas taxas de ociosidade no setor de construção civil e energia. De acordo com Gaulard (2016), “Apesar da forte exploração dos trabalhadores, a subida dos custos salariais é desde o final da década de 1990 superior à da produtividade, o que aumenta o custo unitário do trabalho (CUT), atingindo no setor industrial 54% do custo americano em 2014 contra 20% no meio da década de 1990 [...] Esta evolução penaliza a competitividade da indústria chinesa”. Como resultado, ainda segundo a referida autora, observa-se a redução do superávit comercial, que caiu de 9% do PIB em 2007 para 3% em 2014, a redução dos investimentos diretos estrangeiros e a saída de inúmeras empresas para outros países, em particular para países da região com força de trabalho mais barata (GAULARD, 2016).

<sup>12</sup> O caso da América Latina é exemplar, embora o declínio da atividade econômica na região também esteja fortemente relacionado à inúmeras contradições internas. O PIB regional, que tinha crescido 4,7% em 2011, tendeu a declinar nos anos seguintes, cresceu 2,9% em 2012 e 2013 e 1,2% e em 2014. Em 2015, retrocedeu 0,4% e 0,7%, em 2016. Em 2017, voltou a crescer modestamente (1,3%), mas o ritmo de crescimento declinou novamente nos dois anos seguintes, 1,0% e 0,1% respectivamente. Trajetória claramente declinante. A região também passou por um retrocesso estrutural (CEPAL, 2020; FMI, 2020). O peso da indústria de transformação no PIB da América Latina correspondia a 16% no início da década de 1970. Em 1980, na América Latina esse número alcançou 23% e declinou nas décadas seguintes. A participação da indústria de transformação no valor agregado adicionado total, entre 2000 e 2013, declinou de 18% para 14,5%. Em 2000, 58,2% das exportações latino-americanas correspondiam a produtos manufaturados e 41,8% a produtos primários. Em 2013, 47,0% correspondiam a produtos manufaturados e 53% a primários (ARCEO; BASUALDO, 2006, CORSI, CAMARGO, SANTOS, 2018).

Neste contexto de bases frágeis da acumulação, que indicava a possibilidade de uma nova e grave recessão, irrompeu a pandemia.

### 3. A pandemia e a crise mundial

A crise desencadeada pela pandemia, provavelmente a mais grave desde a Grande Depressão da década de 1930, não pode ser atribuída exclusivamente a um fator extra-econômico, exógeno ao sistema, como assinalam muitos economistas neoliberais, que consideram que a economia mundial teria superado a Grande Recessão e retomado o crescimento. Os fortes impactos econômicos da pandemia não podem ser entendidos a não ser a partir das condições internas do processo de valorização do capital acima discutidos. Ou seja, só é possível entender a gravidade da situação se levarmos em consideração o fraco desempenho econômico antes da crise, a instabilidade dos mercados financeiros, a queda dos preços das commodities, os altos índices de endividamento e o subjacente problema de rentabilidade do capital, que se arrasta por décadas.

Os sinais de desaceleração da economia mundial, em 2019, eram nítidos. Segundo dados apresentados pelo FMI, o crescimento do PIB mundial vinha em uma trajetória declinante<sup>13</sup>, acentuada a partir de 2019, quando cresceu 2,9%, depois de ter crescido 3,6% no ano anterior. Em 2018 e 2019, o ritmo de crescimento do PIB das economias consideradas avançadas em relação ao ano anterior declinou de 2,2% para 1,7%, enquanto para a China e a Índia esses números foram respectivamente os seguintes: de 6,6% para 6,1% e de 6,8% para 4,8%. A América Latina, que sofreu uma involução estrutural ao apostar em uma estratégia de crescimento calcada nas exportações de *commodities*, apresentou um desempenho medíocre. Depois de ter crescido 1,1% em 2018, cresceu 0,1% no ano seguinte (FMI, 2020).

Embora o crescimento da economia mundial seja bastante desigual, o fraco desempenho da zona do euro, do Japão e em menor medida dos EUA, que cresceram nos últimos anos mais que essas duas regiões, relaciona-se, em grande parte, à fraqueza do investimento. A tabela 1 indica o comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para algumas regiões e países.

**Tabela 1 - Formação Bruta de Capital Fixo/PIB (em %)**

|  |     |          |       |      |                |                         |       |       |
|--|-----|----------|-------|------|----------------|-------------------------|-------|-------|
|  | EUA | Alemanha | Japão | OCDE | União Europeia | América Latina e Caribe | China | Índia |
|--|-----|----------|-------|------|----------------|-------------------------|-------|-------|

---

<sup>13</sup> Em 2010, com a saída da Grande Recessão, o PIB Mundial cresceu 5,4% em relação ao ano anterior. A partir desse ano, declinou até 2016, quando o crescimento foi de 3,4%. Em 2017, parecia que finalmente a economia reagiria ao crescer 3,9%, mas o PIB voltou a cair nos dois anos seguintes (FMI, 2020).

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

|      |       |       |       |       |       |       |       |       |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 2007 | 22,59 | 21,38 | 24,48 | 27,05 | 23,55 | 21,72 | 41,48 | 41,93 |
| 2009 | 17,80 | 18,55 | 21,32 | 24,74 | 19,80 | 20,20 | 46,51 | 40,11 |
| 2010 | 18,74 | 20,06 | 21,29 | 25,95 | 20,44 | 21,53 | 47,71 | 40,22 |
| 2011 | 19,10 | 21,65 | 22,10 | 24,20 | 20,86 | 21,46 | 47,80 | 39,59 |
| 2012 | 20,02 | 19,71 | 22,65 | 25,87 | 19,61 | 22,09 | 47,39 | 38,34 |
| 2013 | 20,41 | 20,05 | 23,19 | 22,95 | 19,27 | 22,03 | 47,57 | 34,02 |
| 2014 | 20,81 | 20,37 | 23,91 | 23,93 | 19,72 | 21,18 | 47,20 | 34,26 |
| 2015 | 21,09 | 19,99 | 24,02 | 23,12 | 20,14 | 20,06 | 45,63 | 32,10 |
| 2016 | 20,38 | 20,21 | 23,40 | 20,58 | 20,38 | 17,30 | 45,60 | 32,21 |
| 2017 | 20,65 | 20,74 | 23,90 | 21,27 | 20,24 | 16,90 | 44,07 | 30,94 |
| 2018 | 21,00 | 21,79 | 24,41 | 21,10 | 21,08 | 18,80 | 44,05 | 31,30 |

Fonte: Banco Mundial (2020)

Os dados indicam que, de modo geral, as taxas de investimentos não recuperaram o patamar anterior à crise de 2008-2009, não obstante a abundante liquidez e as baixas taxas de juros decorrentes das políticas econômicas adotadas para enfrentar a Grande Recessão. Isto explica, em boa medida, o modesto crescimento entre 2010 e 2019. Cabe, também observar, como já foi assinalado, que a forma de reação da China à crise implicou na elevação da FBCF até 2011, mas com o aparecimento de capacidade ociosa em importantes setores o investimento, embora ainda permanecendo em um nível bastante elevado, esmoreceu, o que também contribui para explicar o comportamento da economia mundial no período recente, em particular dos países exportadores de *commodities*. A América Sul é um exemplo desse processo de acumulação declinante relacionado a desaceleração chinesa, apesar de fatores internos também terem sido de grande importância para esse comportamento.

Esta evolução dos investimentos se deveu sobretudo à relativamente reduzida rentabilidade, ao excesso de capacidade ociosa em alguns setores importantes e ao elevado endividamento das empresas. Observa-se uma utilização relativamente baixa da capacidade produtiva do setor manufatureiro em importantes economias nacionais. Nos EUA, entre julho de 2017 e janeiro de 2020 o nível de utilização capacidade instalada situou-se ao redor de 77%. Para esse mesmo período, na zona do euro e na China a utilização da capacidade situou-se respectivamente em torno de 83% e 76%. Em fevereiro e em março de 2020, esses números despencaram, ficando em torno de 65%, o que denota a gravidade da crise atual e a futura dificuldade de retomada dos investimentos (TRADING ECONOMICS, 2020).

As taxas de lucro não se recuperaram o suficiente depois da Grande Recessão para impulsionar uma retomada vigorosa das inversões, apesar da política de austeridade, sustentada sobretudo no arrocho dos salários e na redução dos direitos sociais, buscar comprimir os custos com a força de trabalho. Segundo Roberts (2020d), a tendência de queda dos lucros constitui o

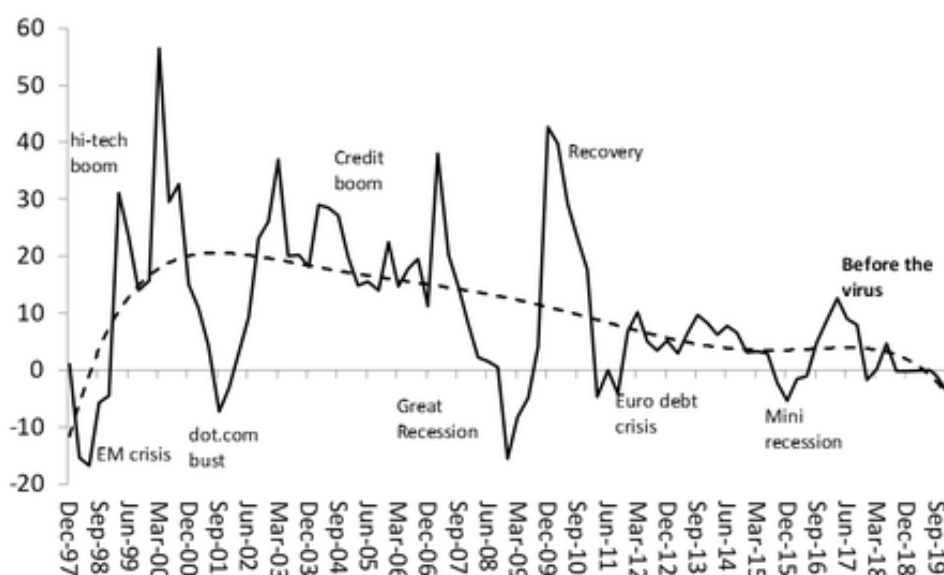
# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

principal determinante do baixo nível de investimento e, portanto, do crescimento econômico. O gráfico a seguir expressa a tendência da queda da taxa de lucro no período que antecedeu a crise.

Gráfico 1

Média ponderada dos lucros corporativos globais



Fonte: Roberts (2020d)

A política de austeridade não só foi incapaz de contribuir para significativa elevação dos lucros, como também aprofundou a tendência de concentração da renda e, por conseguinte, inibiu o consumo, o que desestimulou o investimento, além de induzir o endividamento das famílias, que cresceu ao longo de todo o período. A política de *quantitative easing*, que acompanhou a austeridade fiscal, também induziu, como já foi assinalado, o endividamento das empresas, que viviam momentos difíceis. O dinheiro barato e abundante estimulou a especulação com títulos e ações. Muitas empresas tomavam recursos baratos no mercado financeiro para comprar suas próprias ações, alimentado dessa maneira uma bolha especulativa a custo de um crescente endividamento. Os governos também se endividaram para salvar o capital fictício da crise de 2008. Esses recursos financeiros abundantes e baratos também foram tomados para especular com ações e títulos de dívida na periferia, que apresentava taxas de juros mais elevadas.

Em 2019, a dívida global, segundo Chesnais (2020), alcançou a cifra de US\$ 255 trilhões, o que representava 322% do PIB mundial. Seu crescimento foi bastante acentuado após a crise de 2008, somando desde esse período um acréscimo de US\$ 87 trilhões. De acordo com o autor,

“Essa dívida tem raízes históricas que datam da virada de 1970 e 1980 [...] Ela deu um salto qualitativo na segunda metade da década de 90. Liderado pelo setor financeiro, levou à gigantesca crise de 2007-2008” (CHESNAIS, 2020).

A desvalorização de parte do capital fictício na crise 2007-2009, não foi suficiente para diminuir significativamente a dívida global, que logo voltou a crescer. A ação dos Estados nacionais, que aportaram trilhões de dólares para evitar o colapso do capital financeiro, significou uma deterioração das contas públicas, o que serviu de justificativa para as políticas de austeridade. O endividamento aumentou de forma vigorosa a partir de 2017 por meio da crescente emissão de títulos públicos e privados lançados por bancos e empresas, em particular de países emergente, consistindo em elemento importante para a sustentação da débil expansão do sistema, mas insuficiente para lançar uma nova etapa de acelerado crescimento. O endividamento público, já elevado, aumentará ainda mais com a atual pandemia, à medida que ela exigirá um volume enorme de recursos para enfrentar a situação<sup>14</sup>. O gráfico 2 apresenta a evolução do endividamento global desde meados da década de 1990.

O endividamento também é elevado nos países periféricos, correspondendo, em 2019, a 168% do PIB. Com a deterioração da economia mundial neste ano, observa-se crescente fuga de capitais da região, agravando a vulnerabilidade externa de vários países. Não por acaso, no início de 2020, 85 países da periferia solicitaram ajuda ao FMI (CHESNAIS, 2020). A situação desses países foi agravada pela queda dos preços das commodities, derivada da fraqueza da economia mundial<sup>15</sup>.

Ao longo de 2019, foi ficando cada vez mais visível a instabilidade do mercado financeiro, sustentado em um montante gigantesco de dívidas. Muitos analistas passaram a prever uma crise eminente, decorrente dos problemas de valorização tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira.

A queda da rentabilidade, a existência de significativa capacidade ociosa e o crescente endividamento das empresas inibem a acumulação de capital e, portanto, o crescimento da economia, do emprego e do consumo, não obstante a abundante liquidez e as baixas taxas de juros. Nesta circunstância, a pandemia, como indica Roberts (2020a), funcionou como um gatinho da crise.

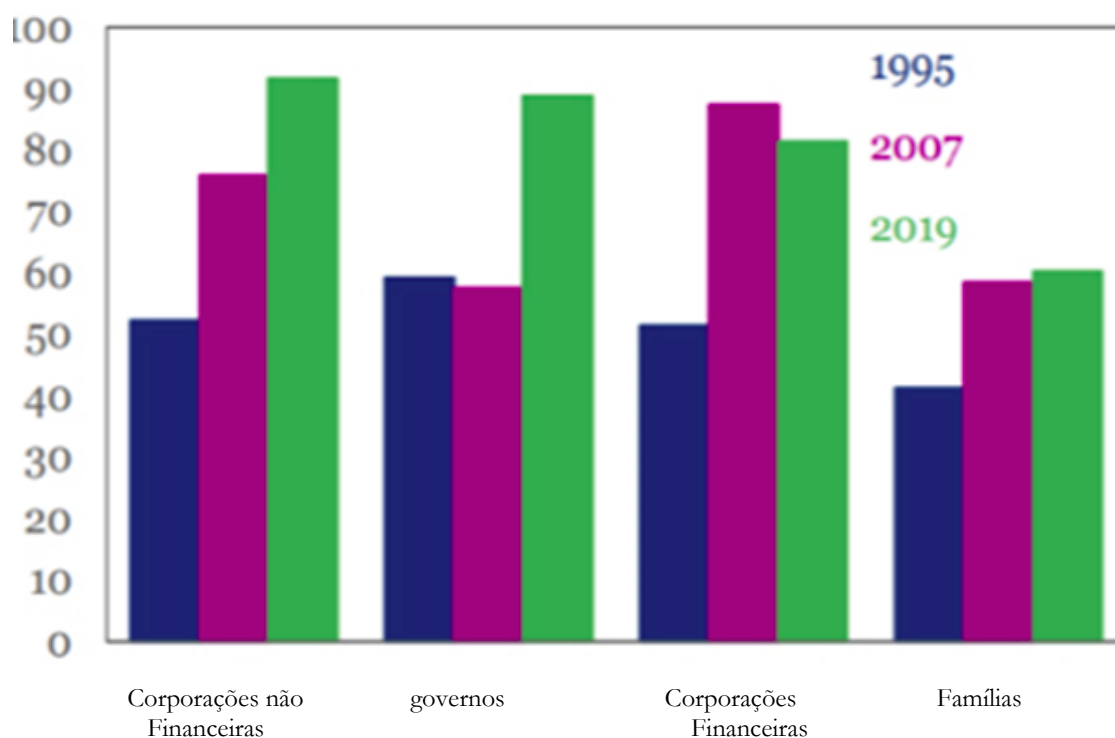
---

<sup>14</sup> Segundo Chesnais (2020), só em abril de 2020, a emissão de dívida pública somou US\$ 2,1 trilhões, enquanto a média mensal entre 2017 e 2019 foi de US\$ 0,9 trilhão.

<sup>15</sup> Em 2019, o preço dos produtos primários declinou 5,4%, sendo que a queda dos produtos agropecuários foi de 3,5%, dos produtos minerais e metais 1,3%, da energia 10,5% (petróleo 11,5%) (CEPAL, 2020, p. 24).

Gráfico 2

Endividamento global como % do PIB



Fonte: Chesnais (2020)

A pandemia ao impor o isolamento social, que foi seguido de maneira diferenciada pelos países, acarretou a diminuição ou a interrupção da produção com inúmeras consequências para as cadeias produtivas e comerciais em escala nacional e global. A queda acentuada da produção, do comércio, dos investimentos, dos serviços, do emprego e, por conseguinte, da renda impactou e continuará impactando por um bom tempo todas as economias. A queda dos gastos em consumo e investimento produziu um choque de demanda, mas a crise teve início a partir da contração da oferta. Nestas circunstâncias, abre-se a possibilidade de um processo de insolvência generalizado de empresas e famílias, o que pode gerar uma crise financeira avassaladora, em um contexto marcado por um gigantesco volume de capital fictício com crescente dificuldade de valorização e de grave endividamento de empresas e famílias (ROBERTS, 2020a; CHESNAIS, 2020).

Não por acaso, uma das primeiras medidas dos bancos centrais dos países desenvolvidos, além de reduzir ainda mais a taxa de juros, foi injetar grande volume de liquidez na economia, seguindo política adotada desde a crise de 2008-2009, na tentativa de salvar o sistema financeiro e fornecer crédito para as atividades produtivas, os serviços e o comércio sufocados por falta de recursos.

Segundo Roberts (2020a), os pacotes fiscais e as garantias de crédito e empréstimos implementadas atualmente por vários países seriam da ordem de 9% do PIB mundial. Número bastante superior aos da Grande Recessão, cerca de 2% do PIB. Porém, dois terços do pacote dos EUA, por exemplo, que prevê gastos de 2 trilhões de dólares, representam dispêndios com empréstimos e injeção de moeda na economia e apenas um terço é destinado para os milhões de trabalhadores formais e informais, na forma de auxílio monetário e isenções de impostos. A maior parte desses recursos continuará sustentando a valorização do capital fictício. Ademais, é duvidoso que a China consiga, como fez em 2009, implementar vultoso programa de investimento, que amenizou a crise à época, dado que hoje enfrenta elevados níveis de capacidade ociosa e de endividamento de empresas e do Estado. O total das dívidas na China, em 2019, corresponde a 314% do PIB, embora o seu grosso seja em moeda nacional (Roberts, 2020c).

Entretanto, o sucesso dessas medidas não está garantido, pois a liquidez poderá ficar empossada nos bancos, que tenderão a resistir à ampliação do crédito em uma situação de alto endividamento e risco de inadimplência, o que dificultará à sobrevivência de inúmeras empresas e a retomada da economia provavelmente será bem mais difícil do que pensam muitos analistas liberais, que projetam uma retomada na forma de V. Porém, parece provável que a recuperação se dará na forma de U, não estando descartado um comportamento da economia na forma de L (ROBERTS, 2020a).

Um dos principais impactos dessa crise será a forte elevação do desemprego, ao que se soma a dificuldade de os trabalhadores informais sobreviverem à queda da atividade econômica diante do declínio vertiginoso da renda. A crise desencadeada pelo confinamento afetou a agricultura, a indústria, os transportes, o comércio e os serviços. Esses dois últimos setores, que dependem de um maior relacionamento pessoal e empregam grandes contingentes de trabalhadores, foram particularmente atingidos. Isto resultará em taxas elevadas de desemprego, assim como crescentes dificuldades para o gigantesco número de trabalhadores informais, que repentinamente ficaram sem renda. Parcelas importantes da população mundial serão jogadas na miséria.

Em abril de 2020, o desemprego nos EUA correspondeu a 14,7% da força de trabalho, sendo que no mês anterior esse número tinha sido de 4,8%. Algumas estimativas apontam para uma situação ainda pior, prevendo uma taxa de desocupação superior a 16%. Cabe lembrar que esses dados não abarcam o grande contingente de trabalhadores que tiveram sua jornada de trabalho reduzida. É o pior desempenho do mercado de trabalho desde a Grande Depressão dos anos de 1930, quando a taxa de desemprego atingiu 25%. Situação similar é observada em outros

países. O impacto sobre o consumo será profundo, com desdobramentos deletérios importantes sobre o nível de atividade.

A economia mundial passou a enfrentar um problema simultâneo de oferta e demanda, além de um risco de crise financeira. Uma economia baseada, em certa medida, em cadeias produtivas e comerciais dispersas geograficamente se mostrou vulnerável. A interrupção do fornecimento de insumos é um exemplo dessa vulnerabilidade. Situação agravada pela atual organização da produção com base em níveis reduzidos de estoques. O caso das dificuldades de fornecimento de equipamentos médicos enfrentadas por vários países é ilustrativo. Mas não só o problema na área médica, a produção de inúmeros setores está ameaçada, como por exemplo, o setor automobilístico no Japão, que enfrenta dificuldade de fornecimento de insumos da China, e na Suécia, que, da mesma maneira, se vê as voltas com a falta de insumos provenientes de outros países europeus. Problemas dessa natureza desarticulam a produção e aprofundam a crise. Isto provavelmente levará as grandes corporações a alterarem suas estratégias de produção e comercialização, com efeitos importantes para uma nova reconfiguração espacial da acumulação de capital.

A concentração da produção em alguns pontos dessas cadeias, em particular na China, evidencia essa fragilidade e a falta de autonomia de muitos países. Este processo denota os limites da chamada globalização. É provável que esses acontecimentos levem a um reforço das economias nacionais e induzam muitos governos a rever suas estratégias de desenvolvimento, buscando internalizar setores considerados estratégicos, além de abrir espaço para posturas protecionistas e nacionalistas, que já vinham ganhando terreno desde a crise de 2008.

Também é provável um acirramento das disputas pela hegemonia mundial entre a China e os EUA, cuja decadência foi mais uma vez evidenciada pelas suas dificuldades de enfrentar a epidemia. Entretanto, a hegemonia norte-americana não está em colapso, pois os EUA ainda dispõem de capacidade de reação, dado o controle que têm sobre a moeda internacional e sobre as finanças mundiais, além de seu poderio militar e tecnológico e de sua projeção cultural, que continua incomparável.

Os países periféricos, muitos dos quais já vinham em trajetória declinante, sofrerão muito, não só pelas suas precárias estruturas de saúde, mas também devido à queda das exportações e dos preços das *commodities*, além da fuga de capitais. Ou seja, enfrentarão forte retração econômica, elevado desemprego, incremento da pobreza e crise das contas externas. A vulnerabilidade externa estrutural dessas economias se manifestará de forma contundente, o que por sua vez contribuirá para aprofundar ainda mais a crise global.

Estas consequências já começam a ficar visíveis. No primeiro trimestre de 2020, o PIB da zona do euro, declinou 3,8%, sendo que a queda na França foi de 5,8%, na Itália de 4,7%, na Espanha de 5,2% e na Alemanha de 2,2%. Neste mesmo período, o PIB norte-americano caiu 4,8% e o chinês declinou 6,8%, enquanto no último trimestre de 2019 tinha apresentado uma expansão de 6% (EUROSTAT, 2020; TRADING ECONOMICS, 2020).

Embora qualquer estimativa do impacto da crise seja ariscada neste momento, podemos encontrar numerosas previsões. O conservador FMI prevê uma retração do PIB mundial de cerca de 3%, sendo que as economias centrais declinariam 6,1%, com os países mais afetados, como a Itália e a Espanha, apresentariam uma queda da ordem de 8% na atividade econômica. Enquanto que a China e a Índia cresceriam respectivamente 1,2% e 1,9%. A estimativa para o Brasil é de uma retração de 5,3% (FMI, 2020). Existem outras projeções muito mais pessimistas que apontam para uma queda do PIB mundial de 6% a 10%.

A CEPAL (2020) estima que o PIB latino-americano declinará, em 2020, 5,0%. O desemprego pulará de 8,1%, em 2019, para 11,5% da força de trabalho em 2020, o que poderá significar um aumento de 11,6 milhões de desempregados. O número de pobres saltará de 186 para 214 milhões de pessoas, o que representará 34,7% da população, ante 30,3% do ano anterior. Contrariando as esperanças iniciais de um impacto mais brando, tudo indica que os efeitos da crise serão profundos e prolongados (ROBERTS, 2020a).

Diante desse quadro difícil, que abriu uma crise no neoliberalismo, o Keynesianismo, como em 2008, parece que vai ser ressuscitado, pelo menos por um tempo. As políticas neoliberais e o mercado mais uma vez mostraram-se incapazes de coordenar a atividade econômica e o Estado mostra-se imprescindível para o funcionamento da economia capitalista. Em toda parte, são anunciadas políticas de socorro ao sistema financeiro e as grandes empresas, por meio de injeção volumosa de liquidez na economia e redução dos juros, ao lado de programas de socorro à desempregados, trabalhadores informais e pequenas empresas. Até convictos neoliberais passaram a defender a necessidade de uma abrangente ação estatal na economia para enfrentar a crise. Necessidade escancarada diante da fragilidade dos sistemas de saúde depois de décadas de subinvestimento em decorrência das políticas neoliberais. Assim como evidenciou a fragilidade dos países que não dispõem de sistemas de saúde pública, que garanta acesso universal a toda a população.

As políticas keynesianas poderão, sem dúvida, amenizar os efeitos da crise e são de fato necessárias, mas é duvidoso que tenham a capacidade de garantir uma rápida retomada do crescimento, dada a magnitude da crise.

## 4. Considerações finais

A pandemia atingiu a economia mundial em um momento em que suas fragilidades eram evidentes. Os sinais de desaceleração eram nítidos. O capitalismo global não tinha logrado superar as contradições que levaram à crise de 2008 e estava envolto em profundos problemas relativos à queda da rentabilidade, ao excesso de endividamento público e privado, às dificuldades de valorização de uma massa gigantesca de capital fictício e ao esmorecimento da atividade econômica, decorrente do fraco nível da acumulação. Processos intimamente articulados entre si e que já se faziam presentes com maior ou menor intensidade desde o início da fase de mundialização do capital, mas que ganharam cada vez mais densidade a partir dos anos de 1990.

A abrangência e a profundidade da crise que se anuncia só podem ser entendidas neste contexto. É duvidoso, nestas circunstâncias, que as políticas keynesianas de combate a crise consigam relançar a economia em uma vigorosa fase de expansão, pois sem uma maciça desvalorização do capital fictício e do capital constante excessivo não haverá, muito provavelmente, uma forte retomada. Passada a fase mais aguda da tormenta, os clamores pela austeridade tenderão a voltar, à medida que as classes que sustentam as políticas neoliberais não foram abaladas ou desarticuladas, pelo menos até o momento. Ademais, a reconfiguração espacial da acumulação, que inicialmente parecia ser uma saída para sustentação da valorização do capital e para desarticular a classe trabalhadora no centro do sistema diante a crise dos anos de 1970, contribuiu sobremaneira para abrir uma luta pela hegemonia mundial, na qual a China desponta como grande potência, o que pode acirrar os conflitos internacionais.

A rápida superação da crise e enfrentamento dos problemas estruturais do capitalismo global, entre outras medidas, implicariam em reestatização dos setores estratégicos da economia, amplo programa voltado para gerar empregos, planificação da atividade econômica, controles de câmbio e de fluxos de capitais e redistribuição da renda e da propriedade. Entretanto, essa saída, que está além do keynesianismo, dependeria de uma correlação de forças mais favorável aos trabalhadores, que não existe no momento.

## Referências

AGLIETA, M. O que escondem os sobressaltos financeiros na China. **Le Monde Diplomatique Brasil**, out, 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1955> Acesso em 13/01/2018.

BANCO MUNDIAL. DATA. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.TOTL.ZS?end=2018&locations=CN-IN-DE-US-JP-ZJ&start=1960&view=chart> , acesso em 19/05/2020.

BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. **Os antecedentes da tormenta**. Origens da crise global. São Paulo: UNESP, 2009.

BIANCARELI, A.; ROSA, R.; VERGNHNINI, R. **A coronacrisi**, a economia global e a periferia: uma síntese do choque em curso. Campinas, IE-UNICAMP, Nota CECON, n. 12, 2020.

BRENNER, R. **O Boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003

\_\_\_\_\_. *Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana*. In: SADER, E. (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 90-120.

CHESNAIS, F. **Finance capital today**. Boston: Liden, 2016.

\_\_\_\_\_. O estado da economia mundial às vésperas da pandemia. Disponível em: Carta Maior. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Um-endividamento-mundial-muito-alto/7/47378> . Acesso em 20/05/2020.

CEPAL. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 2020. Disponível em [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45000/125/S1901097\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45000/125/S1901097_es.pdf) . Acesso em 20/05/2020.

CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G. (org.). **Trabalho e educação**. Contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis, 2006, p. 17-46.

\_\_\_\_\_. Crise e reconfiguração do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C. (org.). **As relações entre China e América Latina num contexto de crise**. Estratégia, intercâmbios e potencialidades. São Paulo, LCTE, 2011, p. 109-130.

\_\_\_\_\_; CAMARGO, J. M. ; SANTOS, A. A crise do capitalismo global: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. **Brazilian Journal International Relations**, v. 7, n. 2, p. 267-299, mai./ago. 2018.

DUMÉNIL, G. e LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

ENFU, C.; XIAOQIN, D. A Theory of China's "miracle". Eight principles of contemporary Chinese political economy. **Monthly Review**, 2017. Disponível em: [www.monthlyreview.org](http://www.monthlyreview.org). Acesso em: 16/10/2019.

EUROSTAT. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/visualisations#Ecotrends>. Acesso em 15/05/2020.

FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2012.

FMI. IMF Data. Disponível em: <http://www.imf.org/en/data>. Acesso em; 01/05/2020.

FMI. World economic outlook. Washington, DC : International Monetary Fund, 2020. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em 18/05/2020.

FOSTER, J. e MAGDOFF, F. Financial implosion and stagnation. Back to the real economy. **Monthly Review**, Dez, 2008. Disponível em: [www.monthlyreview.org](http://www.monthlyreview.org). Acesso em: 14/12/2019.

GAULARD, M. Los limites del crecimiento chino. **Herramienta**. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar-web-4/los-limites-del-crecimiento-chino>. Acesso em 19/10/2019.

\_\_\_\_\_. A crise do capitalismo chinês. Esquerda.net, 2016. Disponível em: <http://www.esquerda.net>. Acesso em: 19/03/2020.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996

\_\_\_\_\_. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IPEA. Carta de Conjuntura, n. 45, 4 trimestre, 219. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35176](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35176). Acesso em 15/05/2020.

KLIMAN, A. **The failure of capitalismo production**. London: Pluto, 2012.

MAITO, E. La transitoriedad histórica del capital. La tendencia descendente de la tasa de ganancia desde el siglo XIX. **Razón y Revoución**, n. 26, 2013.

MAZZUCCHIELI, F. **As ideias e os fatos**. São Paulo: UNESP, 2017.

MEDEIROS, C. A Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L. (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 173-277.

NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento**. Países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROBERTS, M. **The long depression**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

\_\_\_\_\_. As cicatrizes econômicas pós-pandemia, 2020a. **Carta Maior**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/As-cicatrizes-economicas-pos-pandemia/7/47417> . Acesso em 16/05/2020.

\_\_\_\_\_. El dilema de la deuda, 2020b. **Sin Permiso**. Disponível em <https://www.sinpermiso.info/textos> . Acesso em: 19/05/20.

\_\_\_\_\_. China in the post-pandemic, 2020c. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com> . Acesso em: 22/05/2020.

\_\_\_\_\_. Profitability, investment and the pandemic, 2020d. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com> . Acesso em: 22/05/2020.

SMITH, John. Il imperialismo nel XXI secolo. Disponível em: <https://www.sinistrainrete.info/> Acesso em: 04/06/2019.

TRAIDING ECONOMICS. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/germany/capacity-utilization> . Acesso em: 19/05/2020.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global**. São Paulo: Autonomia Literaia, 2016.